

- •
- •
- •
- •
- •



**I Simpósio
Internacional de
Justiça e Direitos
Humanos na
América Latina**

PPGD / UFPE - Recife
23 a 25 de outubro - 2023

Conheça as pesquisas em desenvolvimento na Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina

- •
- •
- •
- •
- •



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



DESCOLONIZAR A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: a colonialidade justransicional como desafio para lidar com a questão indígena

- Como os (des)encontros da justiça de transição, a subalternização das experiências indígenas e sua afirmação na contemporaneidade se constituem, enquanto elementos para pensar a colonialidade justransicional?



Doutorando

Alex Bruno Feitoza Magalhães

Orientador: Prof. Dr. Jayme Benvenuto



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



I Simpósio
Internacional de
Justiça e Direitos
Humanos na
América Latina
PPGD / UFPE - Recife
23 a 25 de outubro - 2023

A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E O (RE)CONHECIMENTO DA IDENTIDADE TRANS: reflexos da Opinião Consultiva nº 24/2017 no ordenamento jurídico de países latino-americanos

- Como ocorre o (re)conhecimento da identidade trans em países latino-americanos a partir de normas jurídicas internas?
- De que maneira os países Latino-Americanos têm acatado as orientações da Opinião Consultiva nº24/2017 emitida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos?



**Doutorando
Douglas Santos Mezacasa**

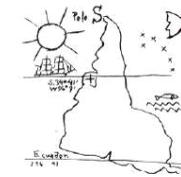
Orientador: Jayme Benvenuto



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



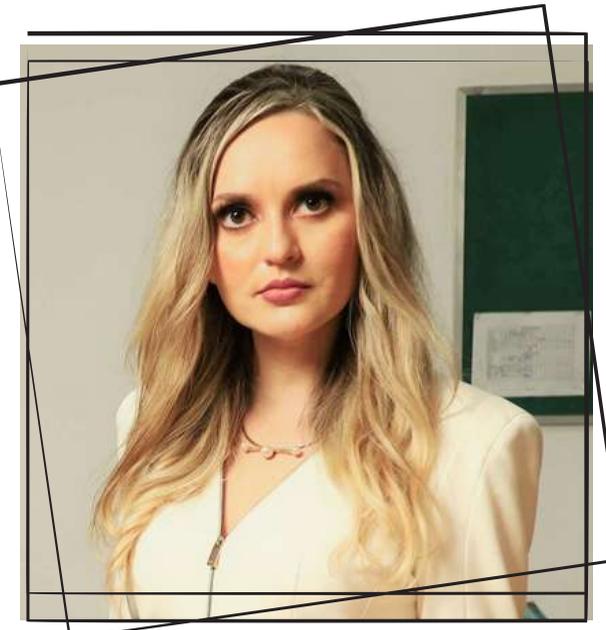
Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



I Simpósio
Internacional de
Justiça e Direitos
Humanos na
América Latina
PPGD / UFPE - Recife
23 a 25 de outubro - 2023

DENÚNCIAS E PERSPECTIVAS SOBRE TORTURA NAS PRISÕES: uma etnografia dos engajamentos político-jurídicos de familiares de pessoas presas.

- Como familiares e movimentos de famílias de pessoas presas (res)significam as categorias “tortura” e “direitos humanos”, constituindo-se em produtores de novas gramáticas de direitos?
- Quais os seus principais mecanismos de mobilização e de denúncia acionados no âmbito das instituições formais e informais?



Doutoranda

Lênora Santos Peixoto

Orientadora:

Dra. Manuela Abath Valença



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



COLETIVOS CRIMINAIS NO CEARÁ: UM ESTUDO CRÍTICO-FEMINISTA DAS AGÊNCIAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

- Como o sistema de justiça cearense vem tratando o fenômeno da governança exercida por coletivos ou facções criminais nos territórios?
- De que forma as mobilizações semânticas do pânico moral tem pautado a atuação da justiça criminal? Quais as interfaces e agências existentes nos conceitos de coletivos criminais e organizações criminosas?
- Como o componente gênero é articulado em processos criminais de delitos previstos na Lei de Organizações criminosas?



Doutoranda

Rosinere Marques de Moura (Rose)

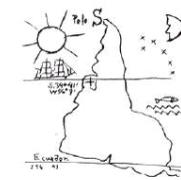
Orientador(a): Manuela Abath Valença



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



I Simpósio
Internacional de
Justiça e Direitos
Humanos na
América Latina
PPGD / UFPE - Recife
23 a 25 de outubro - 2023

DO ARAGUAIA AO PÓS NOVA BRASÍLIA: A prática sistemática de execuções extrajudiciais no Brasil como consequência do rechaço institucional aos princípios do Direito Internacional Humanitário

- Os marcos normativos do direito internacional humanitário incidem aos casos de execuções extrajudicial ao no Brasil?
- Que razões institucionais levam à perpetuação desta prática?



Doutorando

Pedro de Paula Lopes Almeida

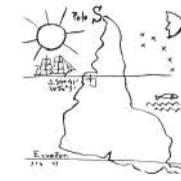
Orientador(a): Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



I Simpósio
Internacional de
Justiça e Direitos
Humanos na
América Latina
PPGD / UFPE - Recife
23 a 25 de outubro - 2023

PROCESSOS ESTRUTURAIS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO COM A REESTRUTURAÇÃO DE REALIDADES INCONSTITUCIONAIS

- Quais as dificuldades e possibilidades de provocar mudanças sociais por meio de processos estruturais no Supremo Tribunal Federal e nas instâncias inferiores?
- Como promover uma litigância estratégica de ações estruturais?



Doutoranda

Eduarda Peixoto da Cunha França

Orientador(a): Flavianne Fernanda Bitencourt

Nóbrega



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



I Simpósio
Internacional de
Justiça e Direitos
Humanos na
América Latina

PPGD / UFPE - Recife
23 a 25 de outubro - 2023

DIREITOS SOCIAIS A PARTIR DO NEOINSTITUCIONALISMO DE ELINOR OSTROM: *design principles* como via para sua efetivação.

- Quais são as vantagens de analisar direitos sociais a partir do neoinstitucionalismo em geral, e da perspectiva de E. Ostrom em particular?
- Compreendendo a inefetividade dos direitos sociais como um problema de gestão de recursos coletivos, pode-se de algum modo aplicar os *design principles* de Ostrom (modelo superador da dicotomia estado-mercado) como via para a sua concretização?



Doutorando

Pedro Spíndola Bezerra Alves

Orientadora:

Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL E GARANTIAS DE NÃO REPETIÇÃO: possíveis contribuições da Convenção Constitucional chilena de 2020-2022 para Justiça de Transição na América Latina

- A Convenção Constitucional chilena de 2020-2022 trouxe contribuições para a Justiça de Transição na América Latina?
- De que forma os campos da Memória, Verdade, Reparação integral e Garantias de não repetição foram tratados pela Convenção Constitucional chilena de 2020-2022?



Mestranda
Josenira Ilze da Silva Nascimento

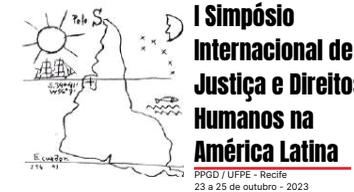
Orientador(a): Antonella Galindo



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



O DIREITO À MORADIA A PARTIR DA ACESSIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: a luta do MTST em Pernambuco entre o direito antidiscriminatório e a teoria crítica de direitos humanos

- Por que pensar o direito à moradia a partir da acessibilidade da pessoa com deficiência?
- É possível que movimentos sociais produzam direito antidiscriminatório?



Mestranda

Rávanny Landim Bezerra

Orientadora: Bruna Antonella Machado Galindo



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

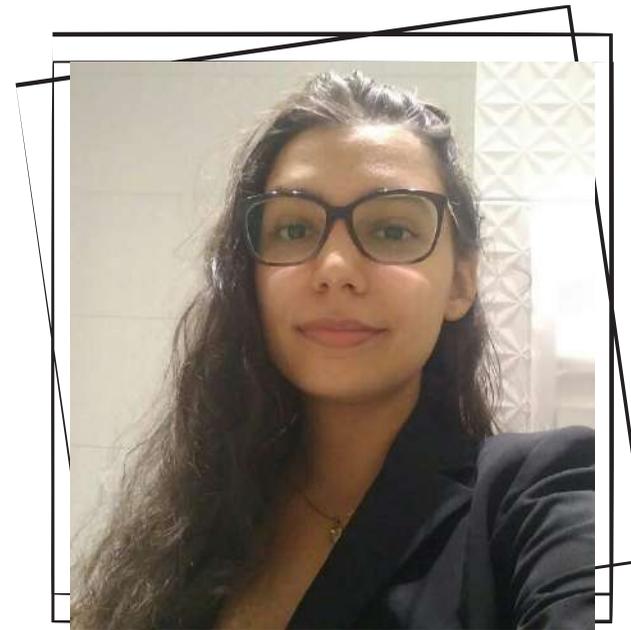


Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



A INCORPORAÇÃO DO DIREITO À PROPRIEDADE COLETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: Construção de indicadores de direitos humanos a partir do direito comparado decolonial aplicado ao Caso do Povo Indígena Xukuru

- O ordenamento jurídico brasileiro mostra indícios de que incorporou o direito à propriedade coletiva indígena?
- Qual a contribuição do caso do Povo indígena Xukuru para a construção de indicadores de direitos humanos?



Mestranda

Ana Carolina Amaral Pinto
Orientador(a): Antonella Galindo



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



INQUÉRITOS EM DISPUTA: uma análise sobre a atuação do estado policial quando da investigação de mortes violentas de mulheres na RMR Recife

- Como operam conflitos e relações de poder que informam os registros policiais e as investigações sobre mortes violentas de mulheres?
- De que maneira a instituição policial decodifica a presença de componentes da violência de gênero quando os eventos-morte são atravessados pela criminalidade urbana?



Mestranda

Bruna Cavalcanti Falcão

Orientadora: Manuela Abath Valença

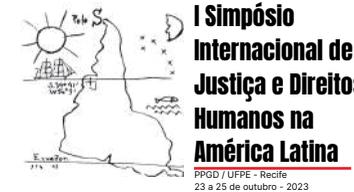
Coorientador: Roberto Efrem de Lima Filho



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

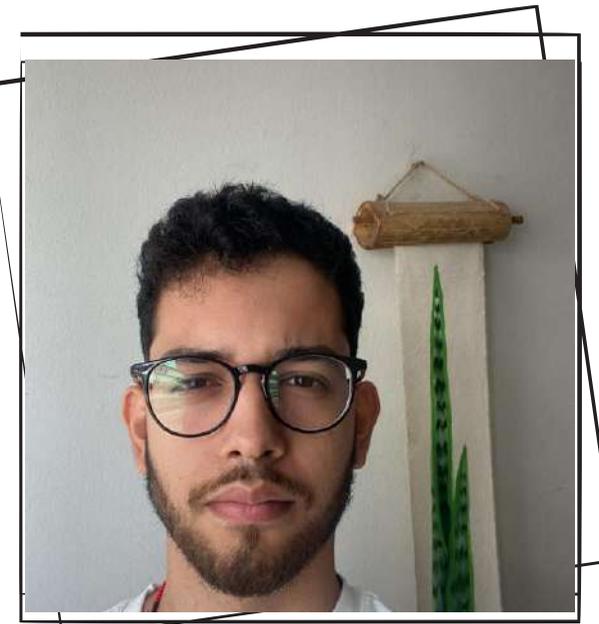


Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA DE ESTADO: como se portam as instituições judiciárias frente a relatos de violência policial na Região Metropolitana do Recife

- Quais medidas são tomadas pelos atores do sistema de justiça criminal quando se deparam com um relato de violência policial?
- Em que medida as práticas autoritárias das polícias pernambucanas se relacionam com a forma de atuação do poder judiciário?



**Mestrando
Luiz Felipe de Sena**

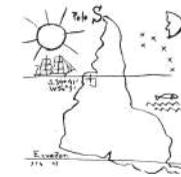
Orientador(a): Manuela Abath Valença



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



I Simpósio
Internacional de
Justiça e Direitos
Humanos na
América Latina
PPGD / UFPE - Recife
23 a 25 de outubro - 2023

A APURAÇÃO DAS PRÁTICAS DE TORTURA E OS RITUAIS JUDICIÁRIOS: UM ESTUDO EMPÍRICO NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NA CIDADE DO RECIFE

- Diante dos relatos de violência policial, quais os argumentos judiciais utilizados para adentrar ou não no mérito nas audiências de custódia na cidade do Recife para averiguar se determinadas agressões são enquadráveis ou não como tortura?
- De que forma se dá a cadeia de impunidade da tortura operacionalizada pelos atores no sistema de justiça criminal brasileiro e seus desdobramentos na naturalização da tortura no âmbito das audiências de custódia?



Mestranda

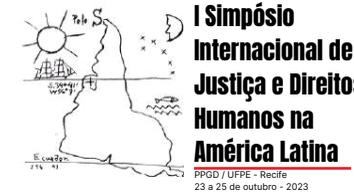
Gisele Vicente Meneses do Vale
Orientador(a): Manuela Abath Valença



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA INDÍGENA E OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS: UM ESTUDO DO CASO XUKURU

- É possível interpretar extensivamente as inelegibilidades decorrentes de sentença criminal condenatória, embargando a representatividade política indígena, sem incorrer em instabilidade institucional?
- Como atuam as instituições formais e informais nesse contexto e quais seriam os possíveis arranjos institucionais informais encontrados no caso? Quais os mecanismos de incentivo e punição que poderiam moldar a conduta dos atores envolvidos?



Mestranda

Aída Carolina Silvestre Teixeira

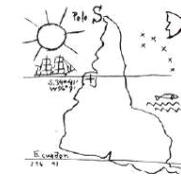
Orientadora: Prof^a.Dra.Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



I Simpósio
Internacional de
Justiça e Direitos
Humanos na
América Latina

PPGD / UFPE - Recife
23 a 25 de outubro - 2023

O IUS CONSTITUTIONALE COMMUNE NA AMÉRICA LATINA E OS POVOS TRADICIONAIS: uma análise dos últimos 05 anos de jurisprudência no STF

- Como o STF vem decidindo os casos que têm como protagonistas os membros de povos tradicionais?
- Como as decisões colegiadas da corte suprema brasileira, sobre os povos tradicionais, fortalece o ICCAL?



Mestranda

Anne Heloise Barbosa do Nascimento

Orientador(a): Flavianne Fernanda Bitencourt

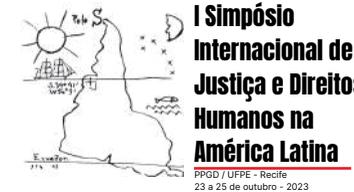
Nóbrega



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



Caminhar de volta: O princípio da auto identificação e o (re)nascimento de um território ancestral **Um estudo de caso do povo indígena Karaxuwanassu**

- Tomando como base os DESCAs e a Convenção 169 da OIT, fundamentos do entendimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre os Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas e afrodescendentes tribais: como os indígenas em contexto urbano se auto reconhecem e são reconhecidos diante e entre um(a) Estado/ sociedade que lhes absorve?



Mestranda
Bárbara Raquel da Silva Fonsêca
Orientador(a): Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



JUSTIÇA REPRODUTIVA E VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: uma análise da garantia dos direitos das mulheres parturientes na maternidade do Hospital do Tricentenário de Olinda

- O que é violência obstétrica e quais as práticas que a caracterizam diante da atual legislação brasileira?
- Ocorrem, atualmente, casos de violência obstétrica na maternidade do Hospital do Tricentenário de Olinda?



Mestranda

Thaís Silva Pereira

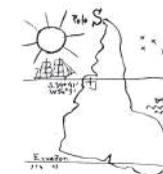
**Orientador(a): Flavianne Fernanda
Bitencourt Nóbrega**



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



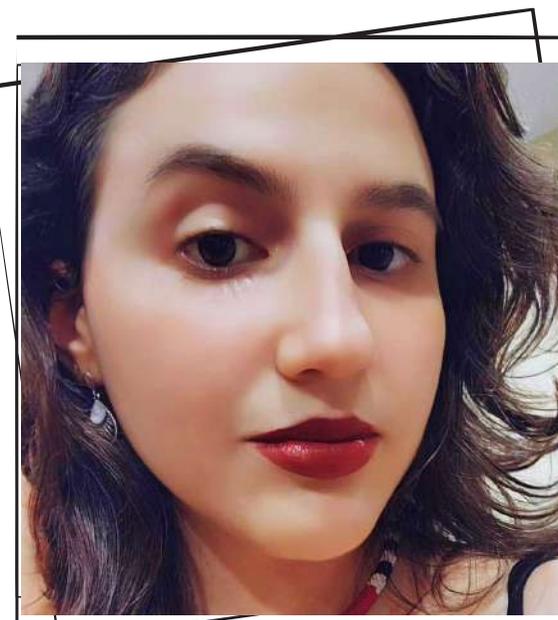
Conheça as pesquisas da Linha 3.1: Justiça e Direitos Humanos na América Latina



I Simpósio
Internacional de
Justiça e Direitos
Humanos na
América Latina

PPGD / UFPE - Recife
23 a 25 de outubro - 2023

OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS ASSIMILACIONISTAS INDÍGENAS APÓS A CF DE 1988: UMA ANÁLISE DOS ENTRAVES DE APLICAÇÃO DO PLURALISMO JURÍDICO TERRITORIAL A PARTIR DO DEBATE DA TESE DO MARCO TEMPORAL



Mestranda

Carolina Braga Cavalcanti da Cunha

Orientador(a): Flavianne Fernanda Bitencourt
Nóbrega

- tomando como base o redebate do PL nº 490/2007, de que maneira os entraves de aplicação das teses do pluralismo jurídico quanto a territorialidade indígena acarretaram na manutenção de políticas assimilacionistas após a Constituição federal de 1988?
- De que forma os atores institucionais utilizam de meios oficiais afim de implementar regras informais contrárias àquelas previstas pela Instituições formais?



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

